



ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2020

Data: 17/09/2020 Local: Vídeo Conferência

Campo Grande – MS

CONSELHEIROS / SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rosimeire Cecília da Costa

Presidente - Comercial

Eliamar José

Conselheira Titular - Rural

Denise Simões

Secretário Executiva – Titular

Sebastião Dussel

Conselheiro Titular – Indústria

Dídimo Pereira Cabral

Vice-presidente – poder público

ENERGISA / CONVIDADOS

Ricardo Vidinich

Consultor Concen - Copel

Fernanda Mathias

Jornalista – Assessoria de Imprensa Concen

Secretaria Executiva do CONCEN

Av. Gury Marques, nº 8000, Bloco 2 - CEP: 79072-900 - Campo Grande-MS
Fone: (67) 3398-4483 - e-mail: concen@energisa.com.br

1 Às 8h35 do dia 17 de setembro de 2020, por meio de teleconferência, em decorrência do isolamento
2 para contenção da COVID-19, foi iniciada a 4ª Reunião Extraordinária de 2020, tendo como pauta: 1.
3 Análise e contribuição a 2º Etapa da Consulta Pública 035/20 – Reequilíbrio Econômico das
4 Concessões. A presidente parabeniza o Sr. Ricardo pela participação em LIVE com representantes do
5 curso de Direito e Engenharia da UFRJ, com participação da Abradee, em que foi falado sobre
6 inovações no modelo do setor elétrico, que podem produzir impactos na tarifa. Que ele foi como
7 membro da Copel, mas toda vez que um Conselho é ouvido, todos são representados. Fala, de modo
8 geral, que as questões sociais começam a urgir, com registro de saques em supermercados, questiona a
9 jornalista, que foi procurada por equipe da Folha de São Paulo, para falar com a EMT sobre Guatós, no
10 Mato Grosso. Passa à apresentação do Dr. Ricardo, esperando que haja boas contribuições, lembrando
11 que a Aneel é a única agência que segue os fundamentos da regulação no Brasil. O Sr. Ricardo
12 agradece considerações sobre a LIVE, observa que o momento é crítico com a edição da MP 998 e
13 existem hoje 205 emendas, a maioria delas voltadas a manter subsídios, cujo objeto da MP é de
14 retirado dos mesmos da tarifa de energia elétrica. Inicia compartilhamento da tela com apresentação,
15 inicia com resumo da CP 35, mostrando a agenda regulatória com as discussões vindouras. O primeiro
16 assunto, a vencer em 05/10, trata justamente do assunto em pauta, inclusão dos RTE. Outro assunto,
17 que terá LIVE amanhã, 18/09, às 14h30 (DF), na Aneel, trata da agenda regulatória e o prazo de
18 encerramento de contribuições em 09/10. Para 13/10, encerra o prazo de contribuição do prazo de
19 eficiência energética prioritário em que se tenta colocar, com foco em geração distribuída, eficiência
20 energética em hospitais públicos. “Quando se fala em eficiência não é geração, é troca de
21 equipamentos, exemplo uso de luz ultravioleta”. Em relação à CP 35, fase 2, passada as tratativas da
22 conta Covid, agora passa a uma visão específica sobre a parcela da distribuidora. Que a Abradee já se
23 posicionou dizendo que não estão contemplados todos os efeitos. A Aneel está focando nos lucros
24 antes dos impostos de depreciação (LAJIDA). Passa aos efeitos da inadimplência, em que a EMS se
25 distancia de outras áreas de concessão, com liderança de impactos no Amazonas, assim foi reforçado
26 na apresentação anterior. Ressalta que é preciso contestar dados da inadimplência porque à medida em
27 que o tempo passa, é reduzida, causando estranhamento ter caído a zero e nos meses 14 e 15 voltando
28 a existir. Um ponto focal da manifestação da Abradee, temos que no decreto 10.350, que é preciso
29 regulação específica, mas que tal ordem não estaria sendo obedecida pela Agência na discussão atual.
30 A limitação temporária de mecanismos com suspensão de inadimplência somada à redução da
31 capacidade de pagamento é um dos argumentos que podem ser contestados, na visão do consultor, uma
32 vez que há outros mecanismos e não somente a suspensão para a cobrança. E que, mesmo com a
33 redução da capacidade de pagamento, com a volta da suspensão, o consumidor volta a pagar. Outro
34 assunto que se fala é da queda do mercado. “A Aneel quer mudar a regra, que é um Pd que leva em
35 conta cada distribuidora em relação a todas as outras, calculada a cada revisão tarifária e nos reajustes
36 simplesmente é adotado como constante. O que a Aneel está propondo é criar um Pd dinâmico, com
37 análise a cada ano. Já quanto ao ProRet 2.10, que é uma flexibilização tarifária transitória associada à
38 pandemia para casos não extremos. No caso da EMS, tem contrato antigo e uma contrapartida seria
39 migrar para o contrato novo e a pergunta é se os efeitos da pandemia serão suficientes. A medida exige
40 cinco critérios: transparência, facultatividade, especificação dos fatos geradores, especificação
41 temporal da apresentação de pleitos e necessidade de estabelecer contrapartidas aos consumidores.
42 Quanto ao mercado, o Setor Elétrico quer que os consumidores paguem pelo mercado que deixou de
43 ser vendido, exemplo: caso de empresas que fecharam as portas. Vamos deixar assim? O Sr. Dussel

44 faz um à parte, lembrando que setor elétrico nunca quer perder e questiona se em ocasião anterior, em
45 2001, o consumidor pagou a conta do racionamento. O Sr. Ricardo lembra que foi obrigatório reduzir
46 20% o consumo, sob pena de multa e corte, inclusive empresas com funcionamento 24h/dia, que
47 tiveram de instalar geradores próprios. Isso resultou em queda de mercado e em 2002, por força de Lei
48 10.438, foram criados dois efeitos, primeiro, o pagamento destes valores ao longo de sete anos,
49 majorando as contas dos consumidores e o segundo foi a conta de energia emergencial, também às
50 custas do consumidor e que se manteve por três anos. Houve reclamação generalizada e muitos
51 processos judiciais pelo Brasil. Houve mudança cultural que permaneceu, as pessoas trocaram
52 lâmpadas e muitas desligaram freezers e não voltaram a ligar. Na ocasião, a conta foi simples, o
53 consumidor simplesmente pagou os 20% de queda de mercado. A presidente observa que a situação do
54 freezer aconteceu nacionalmente, que era uma prática adotada para armazenar carne porque havia
55 instabilidade de preços. Voltando à discussão, a Dra. Rosimeire ressalta que quando se começou a
56 discutir a Conta Covid, o primeiro agente do setor procurado pela Aneel foram os geradores, vez que o
57 problema hoje não é de falta, mas sim, de sobre de energia em razão da queda de consumo e, que em
58 contato com a classe que representa, comercial, alguns estabelecimentos fecharam e não voltam mais.
59 Que o que pode ser argumento provocativo junto da Aneel, que estamos em processo de inflexão
60 econômica forte e a Covid só veio a agravar. “Primeiro, as geradoras que, supostamente poderiam se
61 abster da cota parte para não prejudicar o sistema não arredaram o pé e, mais, a Aneel, dando o
62 WACC”. Que hoje a situação é diferente, há sobra de energia, que é preciso olhar a distribuição,
63 quanto aos investimentos. O Sr. Ricardo afirma que o foco é a parcela B, porém, que é preciso ser
64 colocado em discussão, uma vez que o efeito global é a soma de todos os efeitos e que a grande
65 diferença em relação à 2001, é que naquele momento era um problema somente do setor elétrico e
66 agora é generalizado, os consumidores também enfrentam dificuldades. A presidente questiona como
67 compatibilizar tudo, reforçando que falou com a Dra. Elisa, lembrando que na ponta estão a Aneel e a
68 distribuidora que vão ser alvos da indignação do consumidor, porém a norma sai do governo, via
69 MME. No que diz respeito à transparência, não se trata somente em copiar ao Conselho os dados, mas
70 que a concessionária explique à sociedade porque tem de pagar a queda de arrecadação e de mercado.
71 O Sr. Ricardo diz que os aspectos estão contemplados na apresentação e segue, destrinchando as
72 contrapartidas, aplicada ao caso da EMS seria a migração de contrato e outra seria a criação de Pd
73 provisório para mitigar o risco do negócio, sem ter de esperar a próxima Revisão Tarifária. Explica
74 como será feito aceite ou não do processo e reforça que é preciso que essa transparência não é somente
75 o repasse de dados e sim o convencimento da necessidade técnica. “Uma discussão importante é de
76 onde vêm os números e como influenciam a tarifa”. Passa ao Pd, de produtividade, no caso o índice
77 vigente, de 1,32% acaba reduzindo o fator X. Isso se deu pelo aumento de 18,73% na energia vendida
78 e de 15% nos consumidores, da revisão de 2012 a 2018, mantendo a mesma estrutura operacional. O
79 índice de Pd é calculado levando em conta as médias brasileiras. Outro índice, desta vez negativo, é o
80 custo operacional, que a cada ano tem aumentado em 1,45% a tarifa, em síntese uma bonificação por
81 estar menor que os demais *clusters*. “Ela vai colocar mais equipes, o que vai melhorar?
82 Questionamento colocado pelo Concen à época da revisão”. Último reajuste, em abril, foi de 6,92% na
83 parte da parcela B. Passa aos fatores de influência na tarifa, com ênfase no custo da distribuição
84 (27,3%) que corresponde a R\$ 1,33 bilhão por ano (sendo 50% custos operacionais, 8% anuidades,
85 31% remuneração, 14% depreciação, 2% receitas irrecuperáveis e outras receitas -1%. “O Pd influi
86 aumentando o custo operacional, aumenta receitas irrecuperáveis, influi aumentando e o wacc, que é a

87 remuneração dos investimentos, caiu com a pandemia, ontem o Banco Central manteve a Selic em 2%.
88 Então, o WACC deveria ser temporal influenciando nas anuidades e remunerações, um ponto de
89 reflexão que se deve ter claro. “Portanto, a gente sempre discute como que se efetivamente leva em
90 conta efeitos que possam compensar os consumidores, não estamos falando em criar efeitos e sim
91 efeitos reais, houve queda de mercado, mas também de juros que deveria ser levado em conta”.
92 Basicamente seriam nossas recomendações:

Conclusão

Questões principais:

1. Conselho deve receber informe? Quão específico e convincente deve ser?
2. Fator Pd dinâmico? Só para a pandemia?
3. WACC dinâmico para a pandemia?

93 A partir disso, o consultor coloca para apreciação do grupo se querem que continue com apresentação
94 da Aneel e depois entrar nas discussões ou se primeiro discute e depois seque para Aneel. A presidente
95 pondera que recebeu somente ontem e já repassou diretamente para o assessor técnico e por isso
96 caberia essa apresentação, feita a 14 presidentes de conselhos. Os conselheiros concordam com a
97 apresentação, partindo da motivação da REN 885, que trata da questão de desequilíbrio. Quando se
98 coloca na fórmula anterior praticamente três distribuidoras que teriam situação de equilíbrio e seriam
99 passíveis da RTE, porém foi atualizada com componentes da Conta Covid, mas a Aneel não considera
100 o WACC que também é um efeito da pandemia. A distribuidora precisa realmente fazer esforços no
101 sentido de que não repasse esses efeitos aos demais consumidores, porque é uma situação absurda,
102 consumidores que aumentaram consumo e estão em dia e mesmo assim vão ter de pagar as contas dos
103 demais, uma situação que a Aneel desconsidera e que é muito conflitante. A presidente ressalta que a
104 Abradee está fazendo uma crítica contundente à Aneel, que há uma pressão grande para que que o
105 reequilíbrio econômico se faça, “mas é preciso de uma compatibilidade, externa preocupação de que já
106 haverá reajuste por conta da homologação do wacc das transmissoras e geradoras. A Aneel está
107 mostrando tudo partilhado e quando se vê o todo o indicativo para os próximos anos é preocupante”.
108 Coloca à disposição dos demais conselheiros para debater o posicionamento do Concen. “O Sr. Dussel
109

110 ressalta que é preciso contribuir, uma vez que a concessão, distribuição e geração não vêm
111 apresentando riscos de negócio. Sabemos que seremos voto vencido, mas precisamos ficar registrados
112 nos anais da história”. A presidente questiona, então, se o Concen, deve se posicionar contra a
113 mudança do algoritmo Pd ano a ano. O Sr. Dussel disse que gostaria de estudar melhor o material. O
114 conselheiro Dídimo, pontua que não concorda com anualizar procedimentos, uma vez que a revisão é
115 feita a cada quatro anos. “Colocar o procedimento quase que na condição de tempo real, então tem de
116 mudar tudo, o WACC, porque somente o Pd. As mudanças de regra no meio do jogo são complicadas.
117 Não devemos concordar com qualquer tentativa da Aneel de obstruir os pleitos das concessionárias, se
118 estiver dentro da regra, ótimo, se não, não está dentro. Sabemos que há algumas mal geridas que
119 aproveitam a pressão da Abradee”. A presidente diz que há uma forte preocupação e que a exceção se
120 perpetua. Ressalta que na próxima reunião ordinária será jogado questionamento sobre cronogramas,
121 exemplo: se o Acende Pantanal foi postergado em função da Covid. A conselheira Eliamar afirma que
122 não sabe pontuar, do ponto de vista técnico, o que “é menos ruim”, uma vez que os setores e o
123 consumidor foram acometidos pela pandemia. O Sr. Sebastião compactua com a ideia da presidente de
124 que esperar cinco anos pode comprometer a qualidade, porque ações podem ser postergadas, além de
125 acumular valores. “Sempre questionei se não vale à pena pelo menos parcial já ser considerado no ano
126 seguinte de reajuste? ”. A presidente ressalta que é preciso que a concessionária esteja presente e
127 exponha seus problemas, uma vez que os consumidores estão pagando as contas. Propõe que os
128 conselheiros técnicos, Sr. Dídimo, Dussel e Ricardo afinem um posicionamento e na próxima reunião
129 ordinária seja fechado o entendimento. O Sr. Dídimo retoma a palavra ressaltando que reajuste é anual,
130 mas equilíbrio econômico e financeiro não pode ser feito todo ano porque distorce o contrato de
131 concessão. “Se for anual, ele não tem risco, só quer equilibrar o contrato dele. É preciso maturação”,
132 pontua. Concorda com a sugestão da presidente de que sejam feitas discussões antes de firmar
133 posicionamento. E que é partidário do endurecimento da Aneel contra a Abradee, como prudência. O
134 Sr. Ricardo avalia que os conselheiros estão integrados e que é preciso apresentar algo diferente. “O
135 grande contexto que vocês muito bem avaliaram é que no conjunto está errado, ao se considerar
136 somente um pequeno trecho. Do ponto de reajuste e revisão tarifária não se está mudando o modelo de
137 investimento. O que está mudando é o fator Pd, de produtividade, porque o mercado caiu nesse ano e
138 no ano que vem já vai voltar. Basicamente, o mercado caiu, mas, conforme mostrei na síntese, o
139 WACC também caiu. Será que os dois não se compensam? Acho que nossa contribuição teria que ser
140 nesse tipo de coisa”, resumiu o consultor. Uma demonstração de erro que será feita é quanto aos
141 gráficos da inadimplência. “Você compensa o distribuidor no que perdeu, mas no que ganhou (redução
142 de custos financeiros) fica quieto? ”, questiona. A presidente reforça que é difícil fazer uma análise por
143 falta de dados. “A gente precisa saber que partimos da nossa área de concessão, mas estamos
144 escrevendo uma situação para todos”, afirmou, coadunando com entendimento do Sr. Dídimo, porém,
145 que não entende qual ainda é o questionamento da Abradee. A presidente questiona a Sra. Denise se
146 pode solicitar dados da área de concessão, a Sra. Denise responde afirmativamente. Neste sentido, a
147 presidente pergunta ao Sr. Ricardo quais dados são necessários, para que seja marcada a próxima
148 reunião entre 25-30/09 para que se tenha um documento que consolide as preocupações para que seja
149 registrado. O Sr. Ricardo solicita dados de evolução de inadimplência e dados de mercado, acrescenta
150 que sempre solicita à Copel e recebe de imediato e pondera que não receber os dados não vai impedir a
151 manifestação do Concen, uma vez que a Aneel já disponibilizou planilhas por distribuidora no ProRet.
152 “O que me deixa confortável é saber que o Conselho está decidido a se manifestar e que a decisão é

153 unânime”. A presidente observa que esses dados têm de ser apresentados pelo menos três dias antes da
154 reunião. O Sr. Dussel complementa que a solicitação de inadimplência deve ser por classe de consumo.
155 O S. Dussel também solicita dados referentes à carga, o que a presidente acha importante, diante da
156 dinâmica diferente, com home office. A presidente atenta que a próxima reunião deve começar mais
157 cedo, às 8 horas porque ainda há outros assuntos como a eficiência energética e agenda regulatória. O
158 Sr. Dussel sugere que a reunião ocorra na última semana de setembro porque estará fora na próxima e,
159 dada a importância, gostaria de estar presente. Também sugere que se convide o Sr. Emerson, da área
160 de eficiência energética da EMS, para estar presente na discussão desta pauta. A presidente ressalta
161 que a MP 998 trouxe emergência, porque contratos que não estiverem formalizados até 20/09 terão
162 valores restantes direcionados à modicidade tarifária. Que conversou com o Sr. Dian, que o Centro de
163 Atendimento ao Cidadão da Prefeitura solicitou eficiência, porém ele não soube dizer se tinha
164 conhecimento. Que achou o tempo para fechamento de contratos exíguo. Outro pleito discutido com
165 Sr. Paulo, que ficou sem resposta, foi quanto às UPAs, que juntas somam 2,5 mil lâmpadas. A Sra.
166 Denise fala que troca de aparelhos na Central do Cidadão está sendo feita, a Sra. Rosimeire diz que
167 esteve ontem no local e somente lâmpada foi trocada, inclusive houve repercussão na mídia porque
168 muitas pessoas passam pelo local e um disjuntor queimou e houve problemas no ar condicionado. A
169 Sra. Denise argumenta que não foi atendido porque quando o consultor esteve no local os técnicos
170 estavam mexendo nos aparelhos e que vai avaliar e dar posicionamento na próxima semana quando ao
171 assunto. A presidente diz que há muitos projetos solares sendo aprovados com recursos da eficiência
172 energética e a Aneel aprovado e que, agora, parecer tratar-se de questão de formalização. “Tem pontos
173 que temos de pensar e no coletivo”. O Sr. Ricardo pontua que a maioria das emendas em tramitação no
174 Congresso visam manter subsídios. “Será que não seria melhor deixar o fundo se autoalimentando e
175 tirarmos a tarifa de contribuição de 0,5% ao ano? ”, propõe o consultor, pontuando que as decisões
176 estão sendo tomadas de supetão. O Sr. Dídimio observa que a criação do fundo pode se assemelhar ao
177 que ocorreu com a CDE. A presidente observa que pela constituição da MP tem efeito de Lei Vigente
178 e que já foi editada a de nº 1.004 desde que este tipo jurídico entrou na Constituição, ou seja, o
179 Executivo está legislando por meio de MP. A presidente propõe para quarta-feira, 30 para a 7ª reunião
180 ordinária. Com a concordância de todos, é fechada a data, lembrando que o Sr. Erivaldo justificou
181 antes da reunião de hoje que não poderia participar. A presidente afirma vai oficializar por e-mail
182 solicitações de data para reunião e informações sobre inadimplência por classes de consumo, carga e
183 mercado, deseja a todos uma boa tarde e dá por encerrada a reunião, recomendando cuidados a todos,
184 diante da pandemia.



Rosimeire Cecília da Costa
Presidente do CONCEN



Denise Simões
Secretária Executiva do CONCEN